

UMA AVALIAÇÃO DO USO DE PRÁTICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM TEA: O QUE OS DADOS MOSTRAM

Sebastião Gomes Barbosa ¹

RESUMO

Crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo apresentam combinações específicas deficitárias, concernentes ao comportamento e à maneira como interagem e se comunicam socialmente. Para intervir nesses aspectos Práticas Baseadas em Evidências são utilizadas. O objetivo desse estudo, foi avaliar o uso de PBEs pelos professores de escolas públicas do Município de Duque de Caxias/RJ, levando em consideração a prática docente com alunos com TEA no Atendimento Educacional Especializado. Foi realizada uma análise dos dados referentes às respostas dos professores de um questionário sobre PBEs. Trata-se de uma pesquisa de cunho quantitativo e desenvolvido por meio de estudo descritivo. O resultado demonstrou que embora os professores tenham interesse por pesquisas científicas, o uso sistemático e frequente de PBEs ainda é um desafio. O desconhecimento de 16% dos docentes e a baixa adesão do uso sistemático e frequente de tais práticas, justificam esta conclusão.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Práticas Baseadas em Evidências. Transtorno do Espectro do Autismo.

INTRODUÇÃO

Autismo, segundo Lord et al., (2020), é um transtorno que está presente desde os primeiros anos de vida e acarreta alterações conjuntas nas áreas referentes à comunicação e interação social e no comportamento (interesses restritos, repetitivos e/ou processamento sensorial). O termo “autismo” evoluiu a partir do avanço das pesquisas, e é denominado

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Especialização em Autismo pela Faculdade Campos Elíseos – FCE. Professor da Rede Pública Municipal de Duque de Caxias/RJ. Email: sgomes2013@hotmail.com

atualmente de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). A palavra “espectro” indica os vários níveis de comprometimento com que o transtorno afeta as pessoas.

Segundo Cook e Cook (2011, apud ORSATI et al., 2015, p.23), “estudos mostram que intervenções baseadas em dados de pesquisa demonstram impacto positivo no desempenho de alunos nas escolas”. Alunos com TEA se beneficiam de tais práticas interventivas (NATIONAL AUTISM CENTER, 2015). Por outro lado, a utilização de práticas sem evidências científicas pode não trazer os efeitos esperados no aproveitamento escolar desses estudantes.

A Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva² (BRASIL, 2008), determina que os alunos com deficiências, Altas Habilidades/Superdotação e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), incluindo o Transtorno do Espectro do Autismo, devem ser incluídos na rede regular de ensino e receber Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno, com o intuito de complementar o processo educativo desses alunos. Esse atendimento deve ser em conjunto com o professor da sala regular e o professor da sala de recursos multifuncionais. Nessa perspectiva, Práticas Baseadas em Evidências (PBEs) podem ser realizadas com o intuito de potencializar o aprendizado desses alunos.

Isso é possível, uma vez que as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, especificam que a finalidade do AEE é eliminar barreiras para que os alunos com deficiência participem plenamente no processo educacional, através da identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, levando em consideração as necessidades específicas destes alunos. As atividades desenvolvidas no AEE, nessa perspectiva, devem ser diferentes das desenvolvidas na sala de aula comum, servindo como complemento (BRASIL, 2010).

A partir desse contexto, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar o uso de PBEs pelos professores que atuam no AEE com alunos com Transtorno do Espectro do Autismo, tendo como objetivos específicos: (1) Avaliar as informações e opiniões dos professores sobre o uso de PBEs (2) Avaliar os interesse dos docentes por pesquisa científica.

A pesquisa é de cunho quantitativo, na medida em que apresenta a realidade através de subsídios mensuráveis e foi desenvolvida por meio de estudo descritivo, pois levanta informações e opiniões sobre PBEs a partir de um grupo específico, sem a interferência do pesquisador na realidade pesquisada. Segundo Gil (2008, p. 28), “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou

² No momento em que a pesquisa foi concluída ainda não havia o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial, e que possibilita a inclusão de pessoas com deficiência em ambientes especializados.

fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Vale ressaltar, que a opção pela abordagem quantitativa, nesse caso, advém do procedimento que julguei mais adequado para investigação do problema específico da pesquisa. Como aponta Laville (1999), a questão do embate entre pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa é estéril, uma vez que a centralidade da pesquisa é o problema que se pretende investigar.

MÉTODO

Foi aplicado um questionário relacionado à PBE, contemplando 15 itens divididos em 3 blocos específicos. As 5 primeiras questões avaliaram as Práticas Baseadas em Evidências através de três respostas possíveis em cada item (nunca, algumas vezes, frequentemente). No segundo bloco foi avaliado o posicionamento (opiniões) dos docentes frente às questões da própria prática de ensino. No último bloco, foram avaliados o nível de conhecimento, capacidade crítica, comprometimento e interesse a respeito de PBEs a partir de uma escala que oscila de 1 a 5, no qual 1 é a pior pontuação e 5 a melhor pontuação, num total de 4 itens. O estudo foi desenvolvido através de questionário on-line, e envolveu professores de escolas públicas da Rede Municipal de Duque de Caxias/RJ que exercem suas práticas de ensino com alunos com TEA no AEE. Participaram voluntariamente da pesquisa 84 professores, e a coleta de dados ocorreu em julho de 2020.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na década de 1990 surgiu na Medicina o movimento de PBEs, como uma resposta as práticas utilizadas por médicos que necessitavam de ser atualizadas para trazer melhores resultados no tratamento dos pacientes (NATIONAL AUTISM CENTER, 2015). Não existe apenas uma definição para PBE. Contudo, há um consenso entre os diversos campos do conhecimento que requer uma avaliação rigorosa da pesquisa atual para definir quais práticas possuem evidências científicas (MISSOURI AUTISM GUIDELINES INITIATIVE, 2012). Wong et al., (2015), afirmam que PBEs têm ganhado cada vez mais espaço em diversos países, devido ao reconhecimento dos benefícios encontrados. Essas práticas são muito difundidas e implementadas em escolas norte-americanas, pois no país existe a lei *No Child Left Behind* (Nenhuma Criança Deixada para Trás) de 2001, que estabelece, dentre outras medidas, que o

financiamento em educação seja direcionado apenas para atividades educacionais cientificamente comprovadas (OLIVERT, 2007).

As PBEs referem-se a uma aproximação entre o conhecimento produzido no campo acadêmico, com procedimentos metodológicos rigorosos, e a práxis pedagógica no âmbito escolar, com o intuito de garantir a aprendizagem de todos. O conhecimento que resulta dessa aproximação é validado nas atividades e programas educacionais. Isso é relevante porque em relação às práticas pedagógicas na escola, há muita divergência entre professores, gestores e coordenadores pedagógicos, quanto ao que é eficaz ou que traz melhores resultados na aprendizagem (ORSATI et al., 2015). O movimento baseado em evidências na educação não parte apenas do campo acadêmico para o “chão” da escola, é um movimento dinâmico entre o que acontece na escola, em relação as práticas educacionais, e a produção científica do campo acadêmico.

Nunes & Schmidt (2019), trazem algumas questões que precisam ser resolvidas para que as barreiras sejam derrubadas e as PBEs sejam implementadas nas escolas brasileiras, tais como: ausência de consenso, pouca assimilação das práticas pelos professores em contextos escolares e formação docente.

Cordingley (2007) afirma que são muitas as barreiras para a implementação de PBEs e que muitas destas barreiras são decorrentes de crenças, conhecimentos e habilidades dos professores, difíceis de mudar. O desafio, nesse sentido, é pensar as práticas educacionais como uma unidade, e com resultados comprovados, em face dos diferentes percursos acadêmicos e experiências profissionais dos docentes.

A educação e o movimento pelas PBEs

Quando um professor, a partir de sua expertise profissional e do conhecimento necessário, decide utilizar em sua prática cotidiana a melhor evidência científica possível, dizemos que esta decisão é pautada em PBE. Não se trata, nesse caso, de suprimir práticas educacionais bem sucedidas que já existem para que outras as substituam, mas possibilitar um repertório maior para ocupar o lugar daquelas duvidosas que não tem um referencial seguro de que funciona de maneira eficaz. Políticas públicas em prol de PBEs voltadas para alunos com TEA seriam muito importantes, nesse sentido, uma vez que são através destas que a legislação é posta em ação.

A literatura científica brasileira concernentes às práticas baseadas em evidências científicas, na área da educação, tem crescido. Porém, ainda existe pouco entendimento do que sejam essas práticas e de como podem ser importantes para potencializar o aprendizado.

Nessa perspectiva, é necessário que se tornem acessíveis aos profissionais da educação, diminuindo assim, as incertezas que perpassam as práticas educacionais. Isso é importante, especialmente quando se trata de crianças com deficiência, como as com TEA, que tem demandas específicas diferentes de crianças neurotípicas.

Nesse caso, podem existir muitas incertezas dos professores em como proceder para implementar práticas pedagógicas que resultem em progresso para a vida escolar e pessoal deles. Como avaliar esses alunos? Quais são as estratégias necessárias para a aprendizagem? Quais materiais pedagógicos são acessíveis? Quais atividades realizar? Procurar respostas em evidências científicas disponíveis para esses questionamentos, não significa encontrar soluções prontas e imutáveis, pois não há receitas para isso. Contudo, PBEs são mais prováveis de êxito na aprendizagem, quando bem conduzidas.

Diante do exposto, para analisar o uso de PBEs em escolas públicas da Rede Municipal de Duque de Caxias/RJ foi aplicado um questionário aos professores, levando em consideração a prática dos docentes com alunos com TEA

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1 – Prática Baseada em Evidências e prática dos professores

Item	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
Ouviu falar em Práticas Baseadas em Evidências (PBEs)	16%	59,3%	24,7%
Fez com que os alunos alcançassem os níveis mais altos de aprendizagem, através de práticas com evidências científicas de maneira sistemática	23,2%	53,7%	23,2%
Demonstrou interesse sobre pesquisas: metodologia de estudos, ética de pesquisa etc.	3,7%	40,2%	56,1%
Avaliou criticamente, com base em evidências científicas, práticas que seriam utilizadas no ensino	13,3%	55,4%	31,3%

Recomendou Práticas Baseadas em Evidências a outros colegas	16,9%	66,3%	16,9%
---	-------	-------	-------

Fonte do próprio autor

Um aspecto curioso apresentado nessa tabela, é que um número bastante significativo de docentes nunca ouviu falar de PBEs. Porém, mais da metade deles (56,1%) demonstrou frequente interesse por pesquisas. Importante destacar que apenas 23,2% disseram que fez uso sistemático e frequente de PBEs, enquanto 53,7% fizeram uso apenas algumas vezes. Um total de 55,4 % dos respondentes disse que já avaliou criticamente, com base em evidências científicas práticas que seriam utilizadas no ensino. Outros 66,3% deles já recomendaram PBEs para colegas. A tabela seguinte mostra o posicionamento dos professores em relação a essas práticas no que diz respeito aos itens disponíveis.

Tabela 2 – Posicionamento dos professores em relação às PBEs

Item	Respondentes (%)
Gostaria de mudar minha prática de ensino para basear-me em evidências científicas	32,9%
Não quero mudar minha prática de ensino	0%
A prática baseada em evidências é essencial à prática docente no âmbito escolar	69,5%
A prática com base em evidências é mais um modismo no meio educacional	2,4%
Sou receptivo a críticas sobre a minha prática	90,2%
Não gosto que critiquem minha prática de ensino, afinal ela funciona	0%

Fonte do próprio autor

Como é possível observar 69,5% dos respondentes disseram que a PBE é essencial à prática docente no âmbito escolar. A maioria disse que é favorável a críticas sobre a própria prática (90,2%), e 32,9 % gostariam de mudá-la, para basearem-se em evidências científicas. Apenas uma porcentagem de 2,4% dos professores acredita que a Prática Baseada em Evidência

é um modismo no meio educacional. Chama a atenção o fato de que nenhum docente respondeu que não gosta de questionamentos de sua prática de ensino, e que não quer mudá-la. A próxima tabela apresenta a autoavaliação dos professores no que se refere aos itens dispostos.

Tabela 3 – Autoavaliação dos professores

Item	Pior				Melhor
	1	2	3	4	5
Pontuação	1	2	3	4	5
Conhecimento sobre Práticas Baseadas em Evidências	6%	21,7 %	38,6 %	33,7%	0%
Comprometimento utilizando práticas comprovadamente científicas	4,8%	8,4%	28,9%	38,6%	19,3%
Interesse por pesquisas	1,2%	3,6%	12%	36,1%	47%
Capacidade crítica para aplicar Práticas Baseadas em Evidências no ensino	2,4%	3,6%	38,6%	33,7%	21,7%

Fonte do próprio autor

Na tabela 3, nota-se que 47% dos professores autoavaliaram-se com a melhor pontuação (5), no que se refere a interesses por pesquisas, indicando maior aceitação dos docentes nesse sentido, ao passo que a autoavaliação do conhecimento sobre PBEs foi de 6% (pontuação 1) e 21,7% (pontuação 2), 38,6% (pontuação 3) e 33,7% (pontuação 4). Já 38,6% dos professores autoavaliaram-se com pontuação (4) e 19,6% com pontuação (5) em relação ao próprio comprometimento utilizando práticas comprovadamente científicas. Essa alta porcentagem com a melhor pontuação na autoavaliação dos respondentes, deve ser interpretada levando em consideração as respostas de todos os itens das demais tabelas, e não de forma isolada. Da mesma forma os 33,7% e 21,7% que se autoavaliaram com pontuação (4) e (5) respectivamente. No que diz respeito a capacidade crítica para aplicar PBEs no ensino, também não devem ser interpretadas separadamente das respostas dos itens das outras tabelas. Dessa forma é possível perceber que a maioria dos docentes procurou uma autoavaliação positiva no que se refere ao uso de PBE.

CONCLUSÃO

Após análise dos dados da pesquisa, foi possível perceber que uma porcentagem significativa dos professores (16%) sequer ouviu falar de PBEs. Entretanto, mais da metade dos docentes (56,1%) tem interesse por pesquisa científica. A conclusão é que o uso frequente e sistemático de PBEs em escolas públicas da Rede Municipal de Duque de Caxias/RJ para alunos com TEA no AEE, ainda é um desafio. O desconhecimento de 16 % dos professores e a baixa adesão, no que se refere ao uso sistemático e frequente de tais práticas, justificam a conclusão. A formação permanente ou em trabalho, poderia capacitar esses profissionais para entender a importância de PBEs no AEE, habilitando-os para desenvolverem suas práticas de ensino a partir da melhor evidência científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf>. Disponível em: 18 de mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CORDINGLEY, Philippa. Professores usando evidências: utilizar o que sabemos sobre ensino e aprendizagem para reconceituar a prática baseada em evidências. In: GARY, Thomas; PRING, Richard. **Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre : Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.

LORD, C., BRUGHA, T.S., CHARMAN, T. et al. **Autism spectrum disorder**. Nat Rev Dis Primers 6, 5 (2020). <https://doi.org/10.1038/s41572-019-0138-4>

MISSOURI AUTISM GUIDELINES INITIATIVE. **Autism Spectrum Disorders: Guide to Evidence-based Interventions**, 2012. Disponível em: <https://autismguidelines.dmh.mo.gov/documents/Interventions.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2020.

NATIONAL AUTISM CENTER, (2015). Evidence-based practice and autism in the schools (2nd ed.). Randolph, MA: Author.



NUNES, Débora R. P.; SCHMIDT, Carlo. Educação Especial e Autismo: das práticas baseadas em evidências à escola. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 84-103, set. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742019000300084&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/198053145494>.

OLIVERT, Damian P.: **No Child Left Behind Act. Text, Interpretation and Changes**. Nova Science Publishers, New York, 2007

ORSATI, Fernanda Teixeira et al. **Práticas para sala de aula baseadas em evidências**. São Paulo: Memnon, 2015.

WONG, C., ODOM, S. L., HUME, K. A., COX, A. W., FETTIG, A., KUCHARCZYK, S., et al. SCHULTZ, T. R. (2015). **Evidence-Based Practices for Children, Youth, and Young Adults with Autism Spectrum Disorder: A Comprehensive Review**. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 45(7), 1951–1966. doi:10.1007/s10803-014-2351-z